

O CASO COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: UMA "COMPANY-TOWN" NOS TRÓPICOS E A CRIAÇÃO DE UM "NOVO HOMEM"

Hélio de Lena Júnior¹

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo investigar, no contexto da participação, do Brasil, na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), as íntimas relações entre as forças produtivas materiais, as relações entre a política externa e interna, bem como o processo de industrialização brasileira. Para tanto, optou-se por um recorte que contemplasse a modernização conservadora como elemento explicativo do nosso processo de crescimento econômico. Para consubstanciar este paradigma utilizou-se o exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, no caso compreendida como uma "company-town" nos trópicos, bem como a criação de um "novo homem" em chave como esta nova forma econômica.

Palavras-chaves: Companhia Siderúrgica Nacional, company-town, trabalhadores.

Abstract: This paper aims to investigate in the context of participation of Brazil in World War II (1939 - 1945), the close relationship between the material productive forces, relations between foreign and domestic policy, and the process Brazilian industrialization. Therefore, we opted for a cut contemplating the conservative modernization as an explanatory element of our economic growth. To substantiate this paradigm used the example of Companhia Siderúrgica Nacional, if understood as a "company town" in the tropics, as well as the creation of a "new man" Key to this new economic order.

Keywords: Companhia Siderurgica Nacional, company-town workers.

¹ Hélio de Lena Júnior é Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA – UFRRJ, professor dos cursos de Serviço Social e Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA - UFRJ).

1 Introdução

“Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço no nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento e seu Estado autoritário.”

Fernando Henrique Cardoso

O presente ensaio tem por objetivo apresentar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Para tanto, estabelece-se uma equação político-econômica de três termos; nos quais se apresentam alguns caminhos interpretativos para o processo de industrialização brasileira. A saber, cabe, aqui, apresentar, mesmo que de forma inicial, os supracitados termos, a fim de se compreender, exatamente, o que se chama modernização conservadora.

O primeiro termo, da equação proposta, será circunscrever o moderno processo de industrialização brasileira no quadro das modernizações conservadoras. De forma preliminar apontar-se-ia o caminho clássico, pelo qual a modernização seria o resultado direto das Revoluções Burguesas. Ou seja, as burguesias nacionais cumpririam suas tarefas históricas no processo de transformação social. Por um lado, destituindo as carcomidas monarquias absolutistas e, de outro, superando os corroídos entraves feudais. Nesta chave, a modernização, que foi denominada de conservadora, compreende um processo no qual as classes sociais são débeis, ou seja, incapazes de cumprir suas tarefas, e o Estado assume o protagonismo de ser o agente transformador.

Feita esta digressão preliminar, pode-se avançar para o segundo termo da equação. Ao recuperar a fórmula da modernização conservadora interliga-se, aqui, a consubstanciação de um projeto, dito nacional, de desenvolvimento. Desta perspectiva, depreende-se que a criação de uma “*company-town*” nos trópicos – materializada na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – representando um esforço por um projeto industrializante, que se alinhavam elementos internacionais e nacionais. Mas, antes de tudo, coadunado a um modelo centralizado no poder executivo como centro decisório.

A terceira, e última parte, da supracitada equação, está representada pela concepção de uma forma social muito específica. Compreende-se que a criação de um “*novo homem*” representaria, pela chave anterior, um esforço em adequar à forma econômica uma forma social correspondente. Neste sentido, a construção da CSN corporificou o ideário estadonovista de exaltação ao trabalho do homem brasileiro e sua sujeição. Concomitante, demonstrar-se-ia o “processor civilizador” operado pela organização logico-racional do trabalho na construção do “*novo homem*”, “*pioneiros*”, “*heróis das trincheiras*” dos canteiros de obras, “*soldados-operários*” da pátria, na cidade de Volta Redonda.

2 O tema da modernização conservadora

“Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

Karl Marx

Se esta assertiva de Karl Marx, encontrada na “*Contribuição à crítica da economia política*”, for correta, devemos recuperar, nesta chave, a construção brasileira do processo de modernização. Para tanto, usar-se-á, aqui, de certo grau de abstração para compreendermos como este modelo foi estruturado. De acordo como Barrington Moore Jr., ao analisar os processos de modernização, depreendeu que, em certas nações, “o impulso burguês era muito fraco” (Moore Jr., 1975, p. 14), e o supracitado autor vai além: “se chegou a tomar uma forma revolucionária, a revolução foi derrotada” (Moore Jr., 1975, p. 14).

Ao tratar do caso brasileiro, descobriremos uma forma muito específica de desenvolvimento do capitalismo; no nosso caso verificou-se um rompimento como o modelo democrático-burguês. Se este se apresentava como um paradigma de rompimento como duas estruturas fortemente arraigadas: absolutismo e feudalismo; no caso brasileiro, as estruturas eram arcaicas, mas nada que se comparasse ao carcomido sistema europeu.

Deste modo, precisam-se compreender dois movimentos paralelos para a transformação brasileira. O primeiro está representado pelo cenário nacional: a Revolução de 1930. O segundo se relaciona com a conjuntura internacional: a Segunda Guerra Mundial. Não se objetiva, aqui, reconstruir os caminhos da Revolução de 1930, muito menos a ascensão de Getúlio Vargas ao poder; mas sim, compreender as escolhas socioeconômicas de um modelo conservador de desenvolvimento. No que diz respeito à Segunda Guerra Mundial, somente pode-se entender o desenvolvimento industrial se olharmos para a conjuntura internacional de aproximações e distanciamentos com as potências mundiais.

Sem mais delongas, a nascente industrialização brasileira, nos anos 1920, podia ser considerada frágil. Com os eventos de 1929, o crack da bolsa de Nova Iorque, aquilo que era frágil se transformaria em débil. A ausência de uma burguesia organizada nacionalmente, os esforços de modernização passariam para as mãos do Estado. Neste cenário, podemos compreender que a ausência de classes sociais fortes – no caso a burguesia – o Estado brasileiro se responsabilizou pelos avanços industriais. Este modelo de modernização, dita conservadora, mundialmente ficaria conhecida como via prussiana, ou seja, um modelo de modernização francamente influenciado pela Prússia de Otto von Bismarck. Pode-se exemplificar assim: “foi um processo ‘revolucionário-sem revolução’, uma ‘modernização conservadora, ‘pelo alto’, sem a participação dos movimentos populares, em suma, uma ‘revolução passiva’” (BEDÊ, 2010, p 17).

Invoca-se aqui o conceito gramsciano de revolução passiva ao realçarmos o “momento superestrutural desse processo de modernização conservadora, em especial a esfera política, devido a papel decisivo do Estado como mobilizador dos compromissos do bloco de poder” (BEDÊ, 2010, p 17).

Ao olharmos as transformações operadas, no Brasil, naquele momento, verifica-se que as proposições estatais estariam ligadas a setores mais conservadores e arcaicos, da sociedade brasileira, que, dada um conjuntura específica – a República Velha – oligarquias periféricas ficariam alijadas do poder. Neste contexto, podemos compreender a ação modernizadora do Estado, entre 1930 e 1937, numa equação de dois termos: mercado interno e industrialização. Mesmo que a débil burguesia brasileira não participasse ativamente do processo, ela seria beneficiada pelas estruturas sociais criadas pelo Estado varguista.

Então, o processo industrial, desenvolvido no Brasil, protagonizado pelo Estado pode ser entendido não como um fato novo, movimentos em prol de uma industrialização nacional teria surgido nos anos 1920; todavia, somente nos anos 1930, este projeto ganharia contornos mais definidos. Neste sentido, um pacto industrialista iria ser firmado para a construção do mesmo. Sabe-se que a industrialização brasileira remonta a tempos pré-1930, entretanto, somente pode-se compreender a extensão da industrialização pós-1930, mediante ao exame das condições objetivas. A centralidade do poder executivo, o autoritarismo do poder decisório, o planejamento como instrumento de desenvolvimento, a adoção de uma legislação trabalhista, o nacionalismo como mola propulsora e a intervenção do Estado na economia. Estes alguns dos elementos que alimentariam a modernização brasileira.

Da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a construção da Usina Presidente Vargas (UPV) seriam resultados de um profundo planejamento que remontaria o ano de 1930,

“estudos, negociações e pressões por determinados projetos de empresa, disputas regionais pela localização da usina siderúrgica, divergências quanto à participação do capital estrangeiro e do capital privado nacional no controle acionário da futura empresa siderúrgica” (BEDÊ, 2010, p. 20).

Dez anos depois, desta primeira investida estatal, em 1940, uma comissão executiva, nomeada por Vargas, assumiria a responsabilidade de incrementar uma indústria capaz de produzir 300.000 mil toneladas de aço.

Estes eventos, somente podem ser compreendidos pela encruzilhada que a nação se encontrava. De um lado, a Segunda Guerra Mundial já tinha se iniciado; por outro a necessidade de incrementar o mercado interno. Podemos compreender as vacilantes proposições da política externa varguista. Vacilante entre os Estados Unidos da América e a Alemanha, por meio de uma série de missões, brasileira e estadunidense, a aproximação dos EUA ficariam mais próximas. Diante dos imbróglios econômicos e financeiros, iniciais, optar-se-ia pelo capital estatal brasileiro na ausência de financiamento e garantias internacionais. Não podemos esquecer que a concessão de um empréstimo, de 20 milhões de dólares, realizado pelo Eximbank, subordinaria o Brasil ao poderio estadunidense.

Entre idas e vindas, o modelo brasileiro de modernização seria marcado pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Diante disto, cabe, aqui, compreender, mesmo que superficialmente, o modelo de indústria e de cidade que se criaria no estado do Rio de Janeiro.

3 Uma “company-town” nos trópicos

“O trabalho é civilizador”.

Deodato de Moraes

O ano é 1941, “a cidade de Volta Redonda será transformada em um imenso canteiro de obras” (LOPES, 2005, p. 85). A ideia do planejamento e o mito da cidade disciplinar começariam a sair do papel. A topografia do terreno é modificada, modificações estas que seriam traduzidas em “linhas e pontos do desenho do projeto em alinhamentos, ruas e marcos sobre o terreno” (LOPES, 2005, p. 85). Entre pés de laranjas e cabeças de gado, apareceria uma arquitetura emergencial, passageira, “com barracas de acampamentos posicionadas em localizações-chave, de acordo com as etapas previstas na obra” (LOPES, 2005, p. 85).

Havia um clima de urgência, residências se multiplicavam, hotéis alugados nas proximidades, importação de *kits* de madeira para os acampamentos que seriam montados no local. Hospitais, refeitórios, escolas, transporte coletivo; elementos centrais para a cidade disciplinar.

A dicotomia entre o velho e o novo começaria a aparecer na cidade disciplinar, que se formaria, o paradigma siderúrgico exigia a eliminação de tudo que era arcaico se fazia presente; entretanto, elementos centrais deveriam ser mantidos como vigas mestras. Certo utilitarismo foi adotado em prol da modernização proposta. Dois bons exemplos podem ser extraídos como elementos desta arregimentação modernizadora; de um lado, a demolição da estação ferroviária, instalada em 1971, representaria este modelo; de outro, caminhos e construções, das mais variadas origens, foram sendo demolidas para a chegada da modernidade.

Diante destas profundas transformações seria necessário fincar raízes, mais profundas, para receber a modernização. Era necessário produzir de alimentos, se fazia urgente o transporte de materiais, mesmo que fossem feitos em carroças puxadas a burro; a motorização do transporte foi incorporada a esta modernização. A educação técnica foi adotada como forma de habilitar os mais jovens, em detrimento dos mais velhos, que eram considerados pouco aptos à inovação, para as tarefas que a indústria exigiria. Prédios de concretos começariam a coexistir com edificações de pau-a-pique. Era a novidade que se instalaria de forma violenta, ao “mesmo tempo edificante e demolidor, mas seletivo, demarcava a entrada triunfal de uma nova escala de valores no lugar” (LOPES, 2005, p. 87). Sob o signo da industrialização, o rural seria substituído pelo urbano, como, certa feita ironizou Marx,

a burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semi-bárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX, ENGELS, 1997, p. 69).

Uma infinidade de metáforas poderia ser aplicada para este processo. De acordo com Morel, podemos extrair algumas expressões, que apareceriam no vocabulário, de ex-operários da CSN: “colmeia”, “formigueira” e “Torre de Babel”. As expressões colhidas são significativas da lógica produtivista que se implantava em Volta Redonda. Uma cidade masculinizada, obras que exigiam trabalhadores braçais, homens casados apareceriam numa etapa posterior da construção. Na cidade, apartações seriam criadas; núcleos para os negros e uma zona de prostituição. O mito da cidade disciplinar apareceria aos poucos, a vida social seria regulada em prol dos esforços industriais.

A cidade disciplinar não seria uma inovação para a tradição urbanista. Tony Garnier, arquiteto e urbanista, faria sua carreira na cidade de Lyon; Considera-se como um dos precursores da arquitetura do século XX. Após extenso estudo de problemas sociológicos e arquitetônicos, em 1901, começaria a formular uma solução para as questões relativas à percepção do desenho urbano. Sua ideia básica incluiria a separação dos espaços de função através de zoneamento em quatro categorias, incluindo: lazer/recreação, indústria, trabalho e transporte.

Garnier, em 1918, publicaria seu principal tratado: “*Une cité industrielle*”. O urbanista projetaria uma cidade que seria, parcialmente, aprovada na cidade de Lyon. “*Cité Industrielle*” seria concebido como uma forma de vida utópica. O plano permitiria escolas para estarem perto das indústrias. A ideia central seria a educação dos indivíduos. Não haveria igrejas ou edifícios judiciais, na esperança que o homem governaria a si mesmo. Este plano foi influenciado pelos escritos de Émile Zola.

Para dispor as construções na cidade buscou-se levar em conta as necessidades materiais e morais do indivíduo, então se criou regulamentos para manter a qualidade de vida humana. Enquanto sobre o centro da cidade, Garnier determinaria, nele, espaços para estabelecimentos públicos, separados em serviços administrativos e salas de assembleias, coleções e estabelecimentos desportivos e de espetáculos. Sendo que as salas de assembleias e os serviços administrativos especificariam a construção de prédios e a necessidade do programa de cada um deles para a realização da política e governo da cidade. E, por último, os estabelecimentos desportivos e de espetáculos determinariam o programa preciso para a realização de esportes e eventos na cidade.

Os estabelecimentos sanitários seriam situados na montanha, ao norte do centro da cidade, dispostos de modo a permitir uma futura ampliação. Foram separados em setores: hospital, helioterapia, doenças contagiosas e inválidos. As divisões da casa deveriam corresponder aos regulamentos e cada habitação deveria dar acesso para a construção localizada atrás, criando um passeio público que permitiria o acesso em qualquer sentido desejado dentro da cidade.

Na cidade de Garnier a administração cuidaria de grande parte da manutenção dos serviços públicos, como dos esgotos, aproveitamento do lixo, fornecimento da força motriz, luz e aquecimento para as fábricas e particulares. A principal fábrica seria a metalúrgica (pois, as minas próximas fornecem matéria-prima). Essa fábrica seria cortada por grandes avenidas arborizadas que passam por diferentes regiões, mesmo sendo a principal ainda existem outros aglomerados industriais. A "*Cité Industrielle*" dentro do conceito de linearidade urbana, abrigaria a 35.000 pessoas, porém separando a área industrial por uma zona verde, sendo que os sistemas de transporte residencial e industrial funcionariam de maneira independente.

De todos os seus antecessores, Tony Garnier apresentaria uma inovação considerável técnica seria a adoção de concreto armado para todos os seus edifícios. Quanto às construções pode-se dizer que usaria o cimento simples para fundações e paredes enquanto o cimento armado para fornos e tetos. A maioria dos edifícios seria de cimento armado, que era pré-moldado. A estrutura das obras era evidente para dar um ar de calma aos ambientes criados.

O projeto urbanístico de Volta Redonda foi concebido por Atílio Corrêa Lima.

A primeira proposta de Corrêa Lima data de 25 de dezembro de 1940. Abrangeria, cerca de, 25 km², entre a cidade de Barra Mansa e o distrito, a época, de Pinheiral. A proposta para a cidade operária previa diversas categorias e tipos de habitação, campo de esportes, playgrounds, escolas, pequeno centro comercial, água e esgoto. Previa também o financiamento das obras e o código de obras e urbanismo. O primeiro anteprojeto (fevereiro de 1941) apresentaria somente a parte central da cidade e dois edifícios (um para a prefeitura e outro para um hotel). No entanto, a conclusão do levantamento topográfico revelou que o projeto seria inadequado ao sítio. O projeto inicialmente atenderia quatro mil empregados, cerca de vinte mil habitantes, mas, foi reduzido a metade.

O zoneamento urbano direcionaria a especialização de área e ordenação dos fluxos.

Os serviços de saúde, hospital e ambulatório foram situados no extremo sul da cidade, no sopé da encosta dos morros. A igreja católica estava situada numa pequena elevação da topografia e a creche junto ao centro comercial. Junto ao playground uma escola mista para mil alunos que tinha o acesso seguro contra o trânsito de veículos. O plano previa ainda um cine-teatro.

Com relação às habitações, Corrêa Lima defenderia, apaixonadamente, os edifícios de habitação coletiva e a casa individual para as classes trabalhadoras. A cidade operária e a usina ocupariam áreas de tamanho semelhante. A implantação da vila operária nessa área seria, também, norteadada pelos ventos dominantes de forma que a fumaça das chaminés seria direcionada para a outra margem do rio. No projeto urbanístico a nomenclatura das ruas seria numérica, assim como no projeto de Goiânia. Este sistema foi também posteriormente adotado em Brasília.

O urbanista Atílio Corrêa Lima escreveria, em abril de 1943, uma carta-denúncia ao Prefeito de Barra Mansa sobre os rumos do processo de urbanização criticando a construção fora do perímetro previsto no plano urbanístico. Em julho, do mesmo ano, reforçaria as denúncias, dirigindo-as, então, a Macedo Soares, secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, mostrando-se em desacordo com as influências da cultura fundiária do local. Vale lembrar que Volta Redonda só se emanciparia, de Barra Mansa, onze anos depois. Mais precisamente em 17 de julho de 1954. Na vila operária, no segundo semestre de 1943, começariam a serem entregues as habitações definitivas. Em 1944, uma grande maquete do conjunto (vila operária e usina) seria apresentada ao público tornando possível visualizar o conjunto. Atílio Corrêa Lima já não estava vivo.

Deste modo, a cidade ideal abrigaria a empresa ideal, a empresa ideal teria a cidade ideal ao seu dispor. Nesta lógica, a ideia de *company-town* estaria representada por uma única empresa que seria detentora da posse do solo e das técnicas coletivas de produção. Além disso, as formas sociais estariam subsumidas, de forma coesa, a esta relação dual estabelecida dentro da Companhia Siderúrgica Nacional. Deste modo, das empresas estatais implantadas nesse período, a CSN seria a única que construiria uma cidade associada ao universo fabril, numa relação que associaria o elemento urbano ao processo de dominação e controle do espaço.

A futura cidade-operária expressaria a lógica, de produção e reprodução, do capital e dos fundamentos ideológicos do nascente desenvolvimentismo. O projeto da cidade-disciplinar, como veremos mais adiante, favoreceria o paradigma de dominação, possibilitando a gerência da vida do operário fora da empresa e, assim, controlando a quase totalidade de seus movimentos.

Para realização do projeto, da cidade-disciplinar, como citado anteriormente, seria estabelecido um plano geral para a cidade, demarcada a classificação e uso dos espaços e as futuras topologias construtivas. A incumbência original seria projetar uma "cidade moderna"; para tanto, o projeto urbanístico, relacionado diretamente com a arquitetura, comporia, imageticamente, a ideia de um progresso a ser disseminada no país. Para atender "racionalmente" a este projeto, seriam adotadas, como ideias centrais de seu projeto, a parcimônia nas construções, na organização das ruas e a utilização de amplos espaços livres "comunitários". A topografia local seria respeitada, ao se ocupar o terreno relativamente plano do local.

A cidade-disciplinar seria construída de forma linear, com plano simples e equilibrada. Suas principais funções seriam bem articuladas. Três áreas seriam definidas: primeiro, numa zona central, seria ocupada pelo centro comercial em paralelo à Usina Presidente Vargas. Aqui, ainda, seria instalado um complexo para a infraestrutura, como, como exemplo: creche, hospital, ambulatório, escola, cinema, clube, restaurante para trabalhadores, hotel para empregados solteiros, e para os viajantes, o Hotel Bela Vista. Praças e serviços públicos. Segundo, no entorno deste centro comercial, de um lado, a usina; e, de outro, a "Vila Santa Cecília", uma região residencial destinada aos trabalhadores especializados. Em terceiro, ao longo da usina, outra região seria construída, o "Conforto", bairro para os trabalhadores não especializados e, defronte, num plano mais elevado, o bairro dos engenheiros. A supracitada disposição permitia que os três bairros residenciais tivessem acesso rápido e direto ao centro nervoso da cidade disciplinar.

Em Volta Redonda cada segmento social teria seu espaço próprio de existência. Dominantes e dominados, teriam claras distinções na territorialização proposta. A estrutura operacional seria reproduzida, de acordo, com as determinações da topografia. De forma espelhada, o espaço urbano estaria intimamente ligado à hierarquia da CSN;

ordenando, cada um, em seu local: as casas nobres dos diretores, nas colinas mais altas; logo abaixo, engenheiros e gerentes, próximo da usina, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante, os bairros operários.

A associação da organização industrial ao espaço urbano formaria a subsunção da cidade à atividade produtiva, em busca da racionalidade, em consonância com os novos tempos, haveria a construção do “novo homem”, um trabalhador, com status de cidadão, produtivo economicamente, mas “dócil” e “submisso”. Esta, que poderíamos chamar, “outra face do planejamento.

4 A criação de um “novo homem”

“Toda moderna concepção econômica, política e social deverá ter por base a ideia fato: o trabalho”.

Severino Sombra

Organizada a forma econômica, era necessário criar, no plano social sua verossimilhança. Não há dúvida que a criação da Companhia Siderúrgica Nacional representou, de modo indelével, a organização de um novo tipo societário, mais do que isso, pelo menos a criação de um novo paradigma para o mundo do trabalho. Para tanto, coadunado com as recentes transformações no mundo da econômica, era necessário criar um tipo novo de trabalhador. Todavia, esta construção não seria em vão, havia uma arregimentação, desde 1930, em prol de uma mudança das bases sociais do Estado brasileiro. Um processo que se pretendia moderno e industrial, deveria substituir o modelo agrário e rural, por uma forma que fosse

Nesta etapa, pretende-se aliar dois movimentos singulares para as profundas transformações operadas, na sociedade brasileira, a partir de 1930. Os dois movimentos aludidos estão assim representados. Primeiro, em um plano mais geral, capitaneados pelo Estado brasileiro, pelo arranjo de um conjunto de direitos sociais. Segundo, em um plano mais específico, a materialização deste arranjo nos espaços da CSN.

Em relação ao primeiro plano, as movimentações começaram logo com a posse do governo, dito, revolucionário; a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representava no plano dos direitos sociais um avanço considerável. Por outro lado, a concretização, em 1943, de uma legislação trabalhista e previdenciária materializada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representariam o segundo marco. A característica fundamental, desta conjuntura, seria a dualidade no trato com os direitos. Se direitos civis e políticos foram sendo suprimidos ou esvaziados, com os direitos sociais a lógica seria inversa. Podemos constatar isto pelas palavras de José Murilo de Carvalho, "o período de 1930 e 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência de direitos civis" (CARVALHO, 2014, p. 114).

Sintomaticamente, Carvalho acena para um vício de origem e o fato das discrepâncias em relação aos três níveis de direitos (civis, políticos e sociais). Entretanto, considera-se que não há vício de origem, muito menos discrepâncias, no que diz respeito a estes níveis de direitos. Compreende-se que, com a montagem de um Estado autoritário, as questões concernentes aos direitos seriam estratificadas ou supervalorizadas, de acordo com as vontades políticas dos dirigentes.

Historicamente, pode-se constatar que, na República Velha, "a ortodoxia liberal não admitia a ação do Estado na área trabalhista e limitava na área social" (CARVALHO, 2014, p. 114). Nesta ambiência conservadora surgiu um grupo que destoaria desta ortodoxia, ao tratar a questão social como caso de polícia. Os positivistas brasileiros, fiéis as ideias de August Comte, sinalizavam que, no que diz respeito à questão social que, por intermédio de sistemas protetivos aos trabalhadores e os seus, estes trabalhadores seriam incorporados à sociedade. O elemento central desta teorização seria a lógica da colaboração entre as classes. Em prol do crescimento da sociedade, deveria haver respeito aos patrões e os mesmos deveriam tratar bem os trabalhadores.

Esta lógica positivista já estava disseminada desde os primórdios da República. Todavia, parece ser no Rio Grande do Sul, onde o positivismo fincou suas raízes mais profundas. Destacam-se, aqui, dois bons exemplos desta influência: a) na incorporação de

temas positivistas na constituição republicana gaúcha, b) a escolha do gaúcho, de São Leopoldo, Lindolfo Collor, para ser o primeiro ministro do Trabalho. A questão social passava a ser um centro nervoso do governo recém-empossado em 1930.

Deste modo, pode-se elencar aqui, cronologicamente, o constructo do edifício trabalhista no Brasil. 1931, criado o Departamento Nacional do Trabalho. 1932, estabelecida a jornada de oito horas de trabalho (na indústria e comércio), regulamentado o trabalho das mulheres (com restrições para o trabalho noturno), estabelecimento da paridade salarial para homens e mulheres; a proibição do trabalho infantil; a criação da carteira de trabalho (instrumento legal como prova nas pendências judiciais), No período compreendido entre 1933 e 1934 houve a regulamentação do direito a férias a uma serie de categorias profissionais. Além disso, a Constituição de 1934 sagrou a mediação do governo federal para regulamentar as relações de trabalho, reafirmando uma série de princípios estabelecidos anteriormente. Em 1940, o salário mínimo foi adotado. Em 1941, entra em funcionamento a Justiça do Trabalho. Em 1943, promulga-se a Consolidação das Leis do Trabalho.

Não se pode negar que, os anos compreendidos entre 1930 e 1945 seriam os tempos dos direitos sociais. Neste período seriam implantados a arcabouço da famigerada legislação trabalhista da Era Vargas.

Na singular lógica brasileira, acerca dos direitos, haveria uma inversão piramidal. Se classicamente, conforme apontado por T. H. Marshall, a base desta pirâmide seriam dos direitos civis, em larga medida, herdados dos direitos naturais e incorporados à letra da lei, como forma de expressar a consolidação burguesa no poder. A saber, elenca-se como direitos civis, a propriedade, a vida e a liberdade. Na mesma chave clássica, o segundo pavimento de direitos estaria representado pelos direitos políticos, a capacidade cidadã de votar e ser votado. No topo desta pirâmide, aquilo que Marshall denominaria de "riqueza da nação", aquilo que, melhor, a nação seria capaz de produzir: educação e saúde. Para a singular perspectiva brasileira, Carvalho apontaria com muita propriedade, a peculiar inversão desta pirâmide; partimos dos direitos sociais em direção aos tardios direitos civis.

De acordo com esta lógica, construir um conjunto de direitos sociais seria necessário um tipo específico de trabalhador. Neste sentido, as prerrogativas dos direitos sociais estariam estendidas ao trabalhador assalariado, urbano e sindicalizado.

Em Volta Redonda, sintomaticamente, e não trataremos, aqui, da estrutura sindical, este novo tipo de trabalhador, citado anteriormente, teria seu espaço assegurado. De acordo com Morel (1989), dois movimentos seriam feitos; de um lado, proletarizar setores oriundos do meio rural; e de outro, aproximar uma força-de-trabalho especializada para os setores vitais para a industrialização. Essa arregimentação coletiva se daria em dois movimentos complementares, uma política de contratação para abastecer o quadro de funcionários e uma política de segurança nacional transformando os funcionários em "voluntários da pátria".

Centrada na lógica do trabalho, havia um caráter civilizatório nesta empreitada. Para os teóricos da modernização, intelectuais orgânicos do paradigma siderúrgico, haveria a necessidade de criar um "novo homem", coadunados com os esforços de guerra e com a implantação da vasta legislação trabalhista. O ponto fundamental desta política modernizadora, centrada na ideia do trabalho, seria o combate à miséria e na dignidade dos trabalhadores. Para a dignidade, aplicam-se os elementos do direito do trabalho. Para o combate à miséria, restaria o trabalho como elemento de valorização do ser humano e este associado aos esforços de guerra. Esta concepção ideológica se situaria na exaltação do trabalho e a subordinação do trabalhador. E Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional representariam a arena onde este novo homem seria construído.

Uma lógica muito peculiar seria construída, em Volta Redonda, para imagetivamente criar este novo paradigma de trabalhador "submisso" e "dócil". Seriam as imagens reais a serem criadas; todavia, por meio de subterfúgios linguísticos apareceriam termos como: "pioneiros", "heróis das trincheiras" dos canteiros de obra, "soldados-operários" da pátria" (BEDÊ, 2010, p. 55).

Esta imagem não viria dissociada de outros elementos constitutivos. Se a inclusão, no mercado de trabalho, seria garantida pelo avançar das obras da CSN; outros elementos, tais como, "carteira profissional, salário mensal, moradia, refeição, assistência

médica, proteção e possibilidade de melhorar a vida pessoal e de sua família” (BEDÊ, 2010, p. 56) seriam estratégias concretas para a fixação deste trabalhador. Entretanto, este mundo do trabalho não viria sem as máculas trazidas pela relação capital-trabalho; se por um lado exaltava-se o trabalhador, por outro, a realidade seria imposta: “proibição do abandono do emprego (sob o risco de acusação, no contexto da Segunda Guerra, como deserção); a extensão da jornada de trabalho de oito para 10 horas; suspensão de férias” (BEDÊ, 2010, p. 56).

Na cidade disciplinar, a lógica se estenderia a usina. Seria imposto um código disciplinar para o trabalho. Hierarquias fordistas seriam implantadas, “diretores, chefia, supervisores, encarregados, operários e serventes” (BEDÊ, 2010, p. 56) faziam parte do cotidiano operário. Uma série de outras imposições coercitivas seria implantada neste ambiente, “Departamento de Serviços Gerais” e “agentes de saúde” complementariam a lógica coercitiva, a vida operária seria regulada de todas as formas visando atender os anseios da industrialização.

Assim estaria posta a organização do trabalho, uma nova pedagogia a ser fixada no trabalhador naqueles novos tempos. Criar um novo mundo, disciplinar este mundo, produzir e reproduzir a lógica do capital, estes seriam lemas a serem cumpridos pelo Estado e pelos trabalhadores.

5 Considerações finais

A guisa de uma conclusão, nosso objetivo neste ensaio foi de recuperar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, caracterizada como uma “*company-town*” tropical, bem como a criação de um “novo homem”.

Para tanto, como anunciado na introdução, objetivamos reconstruir, mesmo que superficialmente, a natureza da modernização brasileira e demonstrar como o projeto siderúrgico foi montado. Diante de um quadro histórico, a princípio totalmente adverso, a nação brasileira, ou melhor, o Estado brasileiro optaria por uma industrialização de perfil estatal em virtude da debilidade da burguesia brasileira. As aproximações realizadas com os Estados Unidos se enquadrariam num contexto de guerra e de uma crônica dependência econômica.

A criação da “*company-town*” representaria a chegada, do Brasil, a modernidade. Mesmo que fosse marcada pelo conservadorismo e por um mito da disciplinaridade; seria construído, em Volta Redonda, um arcabouço propício ao desenvolvimento do capitalismo e das relações decorrentes dela.

O último estágio estaria representado pela criação no “homem novo”, um tipo sociológico muito peculiar. Criado na estufa de uma legislação trabalhista, extremamente autoritária, as relações entre capital e trabalho passariam ser regidas por ordens muito específicas. Além disso, não podemos esquecer que a própria organização da nova cidade que abrigaria a nascente indústria determinaria um complexo conjunto de relações sociais autoritárias e excludentes. Hierarquias e apartações, controle e repressão, exploração e idealizações, foram utilizadas como elemento de propaganda para uma nação que se propunha se desenvolver industrialmente a qualquer custo.

A escolha da epígrafe, que abriu este trabalho, carrega consigo um tom de ironia. Pronunciada, no Senado Federal, no último discurso do, então, Senador Fernando Henrique Cardoso; a proposição inicial, do Estado Social-Liberal que se assenhorava do poder, era destruir os resíduos, ainda existentes da Era Vargas. Fundamentado no discurso do Estado Mínimo, que, de fato, nunca foi mínimo; pois, o mesmo, e seus sucessores, ampliaram o seu tamanho, através da incorporação de setores sociais que estavam na miséria, demonstra o equívoco de um projeto de desenvolvimento sem desenvolvimento. Se este projeto de nação existiu, em 1930, hoje ele é apenas uma lembrança.

Referências Bibliográficas

BEDÊ, Edgard. Formação da classe operário em Volta Redonda. Volta Redonda: Nova Gráfica e Editora, 2010.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

DEMIER, Felipe. O longo bonapartismo brasileiro (1930 - 1964): Um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

EISENTADT, S. N. Revolução e a Transformação das sociedades: Um estudo comparativo de civilizações. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GERMANI, Gino. Sociologia da modernização: Estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GERMANI, Gino. Desenvolvimento econômico, urbanização e estratificação social. In. FRANK, Andrew Gunder; PEREIRA, Luiz; GERMANI, Gino. Urbanização e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930 - 1945): A política econômica em tempos de turbulência. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOORE JR. Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia, São Paulo: Martins Fontes, 1983. Rostow, Walt Whitman. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 2)

PENNA, Lincoln de Abreu. República brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

